

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de programas de computador (softwares aplicativos) integrados, multiusuário, para a área tributária, abrangendo os serviços de customização, implantação, migração de dados, treinamento de servidores e manutenção pelo período de 12 (doze) meses.

II - REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MIGRAÇÃO DE DADOS

O Planejamento e a execução dos procedimentos pertinentes a implantação dos sistemas aqui propostos deverá estar de acordo com as regras de negócios estabelecidas por este termo de referência devendo ser por etapas, considerando os seguintes procedimentos:

Como parte integrante do processo de implantação, a contratada deverá ministrar treinamentos aos usuários dos sistemas (prefeitura), proporcionando conhecimento e garantindo adequada e plena utilização dos mesmos.

PRAZO: A implantação dos Sistemas não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, devendo ser contemplado obrigatoriamente todos os requisitos constantes neste termo de referência.

A execução do treinamento será realizada simultaneamente com a Implantação, devendo ser direcionado aos servidores públicos que utilizarão os sistemas.

O treinamento será realizado nas dependências da Prefeitura Municipal com a infraestrutura necessária.

O número de profissionais para treinamento é de 10 (dez) servidores públicos e terá duração mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

PRAZO: O início do treinamento dos servidores não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, devendo ser contemplado obrigatoriamente todos os requisitos constantes neste termo de referência.

Caso a necessidade de migração de dados se faça necessária para os sistemas aqui licitados, a contratante fornecerá todas as informações para que seja efetuada a importação pela empresa contratada, devendo ser contemplado obrigatoriamente todos os requisitos constantes neste termo de referência

PRAZO: A migração dos dados não poderá ser superior a 90 (NOVENTA) dias, contados a partir do momento que a contratante disponibilize as informações em formato .txt e com a estrutura das informações contidas neste arquivo.

III - REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS DOS SISTEMAS

III.I - DO SOFTWARE DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DO VALOR ADICIONADO

1. Especificações Técnicas Do Software De Apuração Do Valor Adicionado Dos Municípios

1.1. O Sistema deverá ser desenvolvido em ambiente gráfico “Windows” e utilizar Banco de Dados Relacional com licença livre;

1.2. O Sistema deverá ser executado em qualquer ambiente Operacional “Windows” (Ex: Windows XP, NT, etc..);

1.3. O Sistema deverá ser desenvolvido dentro da arquitetura “Desktop”, portanto deverá ser instalado no servidor da prefeitura do município, havendo interface entre as estações de trabalho (usuários e servidor),

1.4. O Sistema deverá disponibilizar o banco de dados em rede para utilização dos dados por vários usuários simultaneamente.

1.5. **Das Especificações de rotina de segurança:**

1.5.1 O Sistema deverá apresentar rotinas de segurança através de senhas que garantam o acesso dos usuários as funções do sistema por níveis hierárquicos;

1.5.2. Possibilitar aos servidores públicos usuários a troca de sua senha pessoal;

1.5.3. Gerenciar as políticas de acesso individualizadas por servidor público e/ou grupo de servidores públicos que utilizarão o sistema;

1.5.4. Possibilitar o controle automatizado e parametrizável do prazo de expiração para troca de senhas;

1.5.5. Possibilitar o controle automatizado de bloqueio de senhas dos servidores públicos que utilizarão o sistema.

1.5.6. O Sistema deverá permitir rastreabilidade das operações realizadas pelos servidores públicos que utilizarão o sistema, através de auditoria dos registros do log (dados).

2. Especificações Funcionais Do Software De Apuração Do Valor Adicionado Dos Municípios

2.1 O Sistema deverá efetuar as seguintes operações

2.1.1 Importar e processar os arquivos de GIA no formato .mdb e .prf.

- 2.1.2 Importar e processar arquivos SPED FISCAL-EFD, no formato .txt
- 2.1.3 Importar e processar arquivos magnéticos com extensão .txt, exportados do sistema “E-Dipam” da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo,
- 2.1.4 Importar e processar as informações fornecidas pelas empresas do Município, enquadradas no Regime Simples (PGDAS-D e DEFIS), através de arquivo magnético/eletrônico disponibilizado pela Receita Federal do Brasil de toda a movimentação contábil do exercício.
- 2.1.5 Importar e processar as informações do Valor Adicionado Provisório e Definitivo, fornecidas pelo Estado, através de arquivo magnético/eletrônico de toda a movimentação contábil do exercício.
- 2.1.6. Importar e processar as informações dos dados Cadastrais dos contribuintes do município fornecidas pelo Estado, independente do Regime.
- 2.1.7 Importar e processar as informações de Notas Fiscais de Entrada e Saída de produtos, através de arquivos XML.
- 2.1.8. Importar e processar as informações de Notas Fiscais de Entrada e Saída de produtos, fornecido pelo Contribuinte Produtor Rural, através de arquivos XML.
- 2.1.9 Importar e processar as informações de Conhecimento de Transporte, através de arquivos XML.
- 2.1.10 Importar e processar as Informações do Índice de Participação dos Municípios, fornecido pelo Estado, através de Arquivo Excel.
- 2.1.11 Efetuar a exportação dos dados em formato XLS/XLSX (excel), de todos os dados importados descritos no item 2.1.

3. Dos Cadastros Do Sistema

3.1 O sistema deverá conter os seguintes cadastros: Cadastro de Contribuintes, Cadastro de CFOP, Cadastro de Conhecimento de Transporte Eletrônico, Cadastro de Notas Fiscais (xml), Cadastro de Movimentação de GIA CFOP, Cadastro de Movimentação de GIA DIPAM, Cadastro de Movimentação do Simples Nacional (PGDAS E DEFIS), Cadastro de Movimentação do Simples Nacional (DIPAM), Cadastro de Índice de Participação do Município, Cadastro de Ocorrências, Cadastro de Valor Adicionado Definitivo, Cadastro de Lançamento de Produtor Rural, Cadastro de Lançamento de Conhecimento de Transporte, Cadastro de Movimento de Sped Fiscal EFD, Cadastro de Notificações, Cadastro de Questionamentos.

3.2 Os cadastros citados no item 3.1 serão alimentados através das importações e processamentos descritos no item 2.

3.3 O Cadastro de Contribuintes deverá conter as seguintes informações: Razão Social, C.N.P.J., Inscr. Estadual, Regime, C.N.A.E., Endereço, Numero, Complemento, Bairro, Municipio, UF, CEP, Telefone, E-mail, CNPJ/CPF do Contato, Nome do Contato, Endereço de Correspondência, CEP de Correspondência, Municipio de Correspondência, Nome Contato, Status do Contribuinte, Data de Abertura da Empresa, Data de Cadastro, Ano de Encerramento.

3.4 O Cadastro de C.F.O.P deverá conter as seguintes informações: Código, Tipo, Integrante do Cálculo, Descrição.

3.5 O Cadastro de Conhecimento de Transporte eletrônico deverá conter todas as informações contidas no arquivo.

3.6 O Cadastro de Notas Fiscais Importadas via XML deverá conter todas as informações contidas no arquivo.

3.7 O Cadastro de Movimentação da GIA C.F.O.P. deverá conter as seguintes informações: Inscr. Est., Razão Social, Ano, Mes, C.F.O.P., Tipo, Int. Cálculo, Vl. contabil, BC, ICMS, Isentas, Outras, ICMS Ret., Imp. Ret. Substituto, Imp. Ret. Substituído, Outros IMP, Tipo GIA.

3.8. O Cadastro de Movimentação da GIA DIPAM deverá conter as seguintes informações: Inscr. Est., Razão Social, Ano, Mês, Cod. DIPAM, Valor DIPAM, Mun. Incid.

3.9. O Cadastro de Movimentação do Simples, PGDAS-D, DEFIS, deverá conter as seguintes informações: Tipo Mov., Inscr. Est., Razão Social, C.N.P.J., Ano, Mês, Vl. Tot Entradas, Vl. Tot Sidas, Nome arquivo Orig., Sequencia, Protocolo.

3.10. O Cadastro de Movimentação Simples Dipam deverá conter as seguintes informações: Inscr. Est., Razão Social, Ano, Mês, Cod. DIPAM, Valor DIPAM, Mun. Incid. , Orig., Nome Arquiv., Sequencia.

3.11. O Cadastro de Índice de Participação deverá conter as seguintes informações: Exercício, Cód. Mun., Município, Valor adicionado, População, Rec. Trib Própria, Area Cult, Area Inund, Area Prot., Percent. Participação.

3.12. O Cadastro de Ocorrências deverá conter as seguintes informações: Inscr. Est., Razão Social, Ano, Mês, C.N.A.E., Classif., Sub-Item, Valor, Fundamentação Legal, Descr. Ocorrência, Tipo Ocorrência.

3.13. O Cadastro de Valor Adicionado Definitivo deverá conter as seguintes informações: Exercício, Inscr. Est. Razão Social, C.N.A.E., Regime, Valor Adicionado.

3.14. O Cadastro Lançamentos de Produtor Rural deverá conter as seguintes informações: Ano, Inscr. Est. Do Produtor, Razão Social do Produtor, Nr. NF, Operação, Dt. Emissão, Inscr. Est. Destinatário, Razão Social Destinatario, Valor NF, Tipo Insert.

3.15. O Cadastro de Lançamento de Conhecimento de Transporte deverá conter as seguintes informações: Ano, Inscr. Est. Do Produtor, Razão Social do Produtor, Nr. NF, Operação, Dt. Emissão, Inscr. Est. Destinatário, Razão Social Destinatario, Razão Social,

3.16. O cadastro de Movimento de SPED FISCAL-EFD, deverá conter as seguintes informações: I.E do contribuinte, Mês, Ano, Cod. ST, CFOP, Registro, Vl. Operação, Vl. Bc ICMS, Aliq. ICMS, Vl ICMS, Vl. Bc ICMS ST, Vl. ICMS ST, Vl. Red. BC, Vl. IPI, Vl. BC ISSQN, Aliq. ISSQN, Vl. ISSQN, Vl. BC ICMS, UF, VL. ICMS, UF.

3.17 O Cadastro de Notificações deverá conter as seguintes informações: Nome da Notif., Descrição da Notif.

3.18. O Cadastro de Questionamentos deverá conter as seguintes informações: Cód. Quest., Descrição do quest,

3.19 Todos os cadastros com seus respectivos campos, deverão ser disponíveis para objeto de consultas parametrizáveis.

4. Do Cadastro De Informações

Manuais A Serem Alimentadas Pelo Usuário

4.1 Além dos cadastros previstos no item 3.1, gerados automaticamente através das importações dos arquivos previstos nos itens 2, o sistema deverá ser capaz de permitir a inclusão manual de informações, através dos seguintes cadastros: Cadastro de Contra Partida, Cadastro de Valor Adicionado do Estado, Cadastro de Município, Cadastro de Grupo de CNAE,

Cadastro de CNAE, Cadastro de Notificações Emitidas, Cadastro de Repasse do Estado, Cadastro de Valor Adicionado de Exercícios Fechados.

4.1.1 O Cadastro de Contra-Partidas deverá conter as seguintes informações: Código C.F.O.P., Descrição C.F.O.P., Código C.F.O.P. Contra-Partida, Descrição C.F.O.P. Contra-Partida.

4.1.2 O Cadastro de Valor Adicionado do Estado deverá conter as seguintes informações: Exercícios, Valor Adicionado.

4.1.3 O Cadastro de Municípios deverá conter as seguintes informações: Código Estadual, Código Federal, Nome do Município, UF.

4.1.4 O Cadastro de Grupo de C.N.A.E. deverá conter as seguintes informações: Grupo, Descrição.

4.1.5 O Cadastro de C.N.A.E. deverá conter as seguintes informações: Código C.N.A.E., Descrição do C.N.A.E., Grupo do C.N.A.E.,

4.1.6 O Cadastro de Notificações Emitidas deverá conter as seguintes informações: Inscr. Estadual, Razão Social, Data da Notificação, Tipo da Notificação, Numero da Notificação.

4.1.7 O Cadastro de Repasse do Estado deverá conter as seguintes informações: Data., Tipo, Valor.

4.1.8 O Cadastro de Valor Adicionado de Exercícios Fechados deverá conter as seguintes informações: Exercício, Inscr. Est. Razão Social, C.N.A.E., Regime, Valor Adicionado.

4.1.9 Todos os cadastros com seus respectivos campos, deverão ser disponíveis para objeto de consultas parametrizáveis.

4.2 O Sistema deverá permitir ainda os seguintes Registros Manuais :

4.2.1 Registrar o Valor adicionado Total do Estado para efeitos de comparação pelo Sistema.

4.2.2 Registrar e Alterar Contra-Partidas dos Códigos C.F.O.P.

4.2.3 Registrar as emissões de Notas Fiscais dos Produtores Rurais do Município, possibilitando o cadastramento pela própria fiscalização para confronto com os dados do Estado que comportam declarantes de outros municípios.

4.2.4 Registrar as emissões de Notas Fiscais de Transporte de Origem e de Destino emitidas ou recebidas por Contribuintes do Município, possibilitando o cadastramento pela própria fiscalização.

4.2.5 Registrar e Alterar o Texto de Notificações.

4.2.6 Registrar e Alterar as questões ligadas a determinado código C.F.O.P. e Contra-Partida, que serão atribuídas a Notificação de Questionamento.

5. Dos Relatórios Fornecidos Pelo Sistema

5.1 O Sistema deverá conter os seguintes relatórios de contribuintes:

5.1.1 Relatório Sintético de Contribuintes, gerado após pesquisa parametrizada no Cadastro de Contribuintes.

5.1.2 Relatório Analítico de Contribuintes, gerado após pesquisa parametrizada no Cadastro de Contribuintes.

5.1.3 Etiquetas de Contribuintes, para facilitar envios de correspondência, gerado após pesquisa parametrizada no Cadastro de Contribuintes.

5.2 O Sistema deverá emitir os seguintes Relatórios da GIA

5.2.1 Relatório individualizado de Movimentação por C.F.O.P., agrupado por mês, com apresentação do valor adicionado apurado pela GIA e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.2.2 Relatório geral ou Individualizado de Movimentação agrupado por C.F.O.P., com apresentação do valor adicionado apurado pela GIA e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.2.3 Relatório geral ou Individualizado de Movimentação por código C.F.O.P., agrupado por Contribuinte e pelo Mês de seu Lançamento.

5.2.4 Relatório individualizado de Análise de Contra-Partidas de C.F.O.P., que enfatize a falta da mesma e que apresente separadamente C.F.O.P.s de Transporte, Substituição Tributária e Combustível.

5.2.5 Relatório Individualizado da Movimentação, totalizado por Mês, com apresentação do valor adicionado apurado pela GIA e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.2.6 Relatório Individualizado de Análise do Valor Adicionado apurado, que apresente valores Totalizados por Mês e DIPAMs Totais e de Retorno.

5.2.7 Relatório Individualizado de Análise do Valor Adicionado estimado pelo índice de crescimento ou queda mensal do exercício anterior, com opção de estimar ou não as DIPAMs

5.2.8 Relatório geral ou Individualizado Sintético do Valor Adicionado Apurado, com opção de separar por Grupo de C.N.A.E., que apresente o Total apurado pelo Município.

5.2.9 Relatório geral ou Individualizado Sintético do Valor Adicionado Estimado através da média dos meses apurados.

5.2.10 Relatório do Valor Adicionado totalizado por Grupo de C.N.A.E.

5.2.11 Relatório geral de Análise detalhada da Arrecadação do ICMS.

5.2.12 Relatório geral de Análise detalhada da Arrecadação do ICMS de Substituição Tributária.

5.2.13 Relatório geral de Análise Sintética da Arrecadação do ICMS.

5.2.14 Relatório individualizado de Análise detalhada da Arrecadação do ICMS.

5.2.15 Relatório individualizado das Ocorrências Mensais, totalizadas por Sub-Itens.

5.2.16 Relatório geral ou individualizado da Inadimplência na entrega da GIA, com opção de tomar como base para a apuração quem possui alguma movimentação no exercício atual, quem apresentou Valor Adicionado no exercício anterior ou quem se encontra atualmente cadastrado no regime da GIA.

5.2.17 Relatório individualizado de análise do índice de desenvolvimento mensal por código C.F.O.P.

5.2.18 Relatório individualizado de Análise do índice de desenvolvimento por código C.F.O.P. Comparativo, com opção de comparação mensal ou por exercício completo.

5.2.19 Relatório Analítico de análise Comparativo entre Exercícios dos Maiores Contribuintes do Município, com opção de selecionar a quantidade de contribuintes a ser apresentados no relatório.

5.2.20 Relatório Sintético de análise Comparativo entre Exercícios dos Maiores Contribuintes do Município, com opção de selecionar a quantidade de contribuintes a ser apresentados no relatório.

5.2.21 Relatório de confronto entre as informações importadas através da GIA e do SPED FISCAL-EFD, por período e CFOP.

5.3 O Sistema deverá emitir os seguintes Relatórios Do SPED FISCAL - EFD

5.3.1 Relatório individualizado de Movimentação por C.F.O.P., agrupado por mês, com apresentação do valor adicionado apurado pelo SPED FISCAL-EFD e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.3.2 Relatório geral ou Individualizado de Movimentação agrupado por C.F.O.P., com apresentação do valor adicionado apurado pelo SPED FISCAL-EFD e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.3.3 Relatório geral ou Individualizado de Movimentação por código C.F.O.P., agrupado por Contribuinte e pelo Mês de seu Lançamento.

5.3.4 Relatório individualizado de Análise de Contra-Partidas de C.F.O.P., que enfatize a falta da mesma e que apresente separadamente C.F.O.P.s de Transporte, Substituição Tributária e Combustível.

5.3.5 Relatório Individualizado da Movimentação, totalizado por Mês, com apresentação do valor adicionado apurado pelo SPED FISCAL-EFD e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.3.6 Relatório Individualizado de Análise do Valor Adicionado apurado, que apresente valores Totalizados por Mês e DIPAMs Totais e de Retorno.

5.3.7 Relatório geral ou Individualizado Sintético do Valor Adicionado Apurado, com opção de separar por Grupo de C.N.A.E., que apresente o Total apurado pelo Município.

5.3.8 Relatório do Valor Adicionado totalizado por Grupo de C.N.A.E.

5.3.9 Relatório geral ou individualizado da Inadimplência na entrega da GIA, com opção de tomar como base para a apuração quem possui alguma movimentação no exercício atual, quem apresentou Valor Adicionado no exercício anterior ou quem se encontra atualmente cadastrado no regime da GIA.

5.3.10 Relatório de confronto entre as informações importadas através do SPED FISCAL-EFD e da GIA, por período e CFOP.

5.4 O Sistema deverá emitir os seguintes Relatórios do E-DIPAM

5.4.1 Relatório individualizado de Movimentação por C.F.O.P., agrupado por mês, com apresentação do valor adicionado apurado pelo E-DIPAM e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.4.2 Relatório geral ou Individualizado de Movimentação agrupado por C.F.O.P., com apresentação do valor adicionado apurado pelo E-DIPAM e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.4.3 Relatório geral ou Individualizado de Movimentação por código C.F.O.P., agrupado por Contribuinte e pelo Mês de seu Lançamento.

5.4.4 Relatório individualizado de Análise de Contra-Partidas de C.F.O.P., que enfatize a falta da mesma e que apresente separadamente C.F.O.P.s de Transporte, Substituição Tributária e Combustível.

5.4.5 Relatório Individualizado da Movimentação, totalizado por Mês, com apresentação do valor adicionado apurado pelo E-DIPAM e ultimo valor adicionado definitivo apurado.

5.4.6 Relatório Individualizado de Análise do Valor Adicionado apurado, que apresente valores Totalizados por Mês e DIPAMs Totais e de Retorno.

5.4.7 Relatório Individualizado de Análise do Valor Adicionado estimado pelo índice de crescimento ou queda mensal do exercício anterior, com opção de estimar ou não as DIPAMs

5.4.8 Relatório geral ou Individualizado Sintético do Valor Adicionado Apurado, com opção de separar por Grupo de C.N.A.E., que apresente o Total apurado pelo Município.

5.4.9 Relatório geral ou Individualizado Sintético do Valor Adicionado Estimado através da média dos meses apurados.

5.4.10 Relatório do Valor Adicionado totalizado por Grupo de C.N.A.E.

5.4.11 Relatório geral de Análise detalhada da Arrecadação do ICMS.

5.4.12 Relatório geral de Análise detalhada da Arrecadação do ICMS de Substituição Tributária.

5.4.13 Relatório geral de Análise Sintética da Arrecadação do ICMS.

5.4.14 Relatório individualizado de Análise detalhada da Arrecadação do ICMS.

5.4.15 Relatório individualizado das Ocorrências Mensais, totalizadas por Sub-Itens.

5.4.16 Relatório geral ou individualizado da Inadimplência na entrega do E-DIPAM, com opção de tomar como base para a apuração quem possui alguma movimentação no exercício atual, quem apresentou Valor Adicionado no exercício anterior ou quem se encontra atualmente cadastrado no regime de GIA.

5.4.17 Relatório individualizado de análise do índice de desenvolvimento mensal por código C.F.O.P.

5.4.18 Relatório individualizado de Análise do índice de desenvolvimento por código C.F.O.P. Comparativo, com opção de comparação mensal ou por exercício completo.

5.4.19 Relatório Analítico de análise Comparativo entre Exercícios dos Maiores Contribuintes do Município, com opção de selecionar a quantidade de contribuintes a ser apresentados no relatório.

5.4.20 Relatório Sintético de análise Comparativo entre Exercícios dos Maiores Contribuintes do Município, com opção de selecionar a quantidade de contribuintes a ser apresentados no relatório.

5.5 O Sistema deverá emitir os seguintes Relatórios do Simples Nacional

5.5.1 Relatório individualizado de Análise do Valor Adicionado Apurado.

5.5.2 Relatório Sintético do Valor Adicionado Apurado, geral ou individualizado, com opção de separar por Grupo de C.N.A.E., que apresente o Total apurado pelo Município.

5.5.3 Relatório do Valor Adicionado totalizado por Grupo de C.N.A.E.

5.5.4 Relatório geral ou individualizado da Inadimplência na entrega da PGDAS-D, com opção de tomar como base para a apuração quem possui alguma movimentação no exercício atual como SIMPLES, quem apresentou Valor Adicionado no exercício anterior ou quem se encontra atualmente cadastrado no regime SIMPLES.

5.5.5 Relatório geral referente ao Valor Adicionado sintético por contribuinte em regime externo.

5.6 O Sistema deverá emitir os seguintes Relatórios de Produtores Rurais

5.6.1 Relatório geral das Notas Fiscais emitidas por Produtores Rurais.

5.6.2 Relatório analítico individualizado das Notas Fiscais emitidas por Produtores Rurais, agrupadas por destinatários.

5.6.3 Relatório Sintético individualizado ou geral das Notas Fiscais emitidas por Produtores Rurais, agrupadas por destinatários.

5.6.4 Relatório analítico individualizado das Notas Fiscais emitidas por Produtores Rurais para contribuintes de fora do estado, do exterior ou produtor rural.

5.6.5 Relatório com numeração das notas fiscais sequenciais não apresentadas através dos arquivos XML.

5.7 O Sistema deverá emitir os seguintes Relatórios relativos aos conhecimentos de transportes

5.7.1 Relatório individualizado analítico das Notas Fiscais de Transporte emitidas.

5.7.2 Relatório individualizado sintético das Notas Fiscais de Transporte emitidas.

5.7.3 Relatório geral das Notas Fiscais de Transporte tomadas, por contribuinte.

5.8 O Sistema deverá emitir os seguintes Relatórios dos Valores Definitivos

5.8.1 Relatório geral ou individualizado do Valor Adicionado apurado pelo Estado, podendo ser apresentado por Regime de Apuração.

5.8.2 Relatório geral de confronto entre o Valor Adicionado apurado pelo Estado e o Valor Adicionado apurado pelo Município, podendo ser apresentado por Regime de Apuração.

5.8.3 Relatório individualizado do Índice de desenvolvimento do Valor Adicionado entre os exercícios apurados pelo estado.

5.8.4 Relatório do Valor Adicionado apurado pelo estado totalizado por Grupo de C.N.A.E.

5.8.5 Relatório geral da Variação entre os Valores Adicionados apurados no exercício atual em relação ao exercício anterior.

5.8.6 Relatório de representatividade do repasse do ICMS por contribuinte.

5.8.7 Relatório de quantidade de empresas cadastradas e encerradas por exercício.

5.8.8 Relatório que apresente a representatividade do repasse do ICMS por contribuinte.

5.8.9 Relatório comparativo entre as informações constantes do arquivo de valor adicionado provisório x definitivo.

5.9 Os relatórios gerados pelo sistema devem ser visualizados em tela, antes dos mesmos serem impressos em dispositivos de impressão a laser, jato de tinta e matriciais, instalados localmente ou disponíveis em ambiente de rede.

5.10 O sistema deverá efetuar a soma total dos valores constantes nas colunas apresentadas na tela, sempre que selecionado determinada coluna.

6. Das Notificações Fornecidas Pelo Sistema

6.1 O Sistema deverá emitir as seguintes Notificações

6.1.1 Notificação Preliminar individual, solicitando o envio das GIAs dos períodos em que o contribuinte estiver inadimplente, enviadas por e-mail de forma individual ou em lote.

6.1.2 Notificação individual questionando diferenças entre C.F.O.P.s lançados e suas respectivas Contra-Partidas. Com opção de selecionar quais questões farão parte da Notificação.

6.1.3 Notificação geral ou individual para empresas com Valor Adicionado apurado inferior a um valor estipulado.

6.1.4 Notificação Preliminar geral ou individual para Produtores Rurais, gerada e enviada por email de forma individual ou em lote.

6.1.5 Notificação Preliminar individual, solicitando o envio do SPED FISCAL-EFD dos períodos em que o contribuinte estiver inadimplente, enviadas por e-mail de forma individual ou em lote.

7. Dos Gráficos Fornecidos Pelo Sistema

7.1 O Sistema deverá gerar os seguintes Gráficos.

7.1.1 Gráfico individualizado da Movimentação Mensal.

7.1.2 Gráfico individualizado do Desenvolvimento do Valor Adicional de todos os exercícios apurados pelos dados Definitivos.

7.1.3 Gráfico do Índice de Crescimento comparativo entre Estado e Município.

7.1.4 Gráfico da Representatividade dos maiores contribuintes através dos dados apurados pelo Município.

7.1.5 Gráfico da Representatividade dos maiores contribuintes através dos dados apurados pelo Estado.

7.1.6 Gráfico da Representatividade de cada Regime de Apuração para o Município através dos dados apurados pelo Município.

7.1.7 Gráfico da Representatividade de cada Grupo de C.N.A.E. para o Município através dos dados apurados pelo Município.

7.1.8 Gráfico Sintético da Representatividade de CFOPS por exercício.

7.1.9 Gráfico Analítico da Representatividade de CFOPS por exercício.

7.1.10 Gráfico de evolução mensal do contribuinte por CFOP.

III.I.I – Do Envio das Informações pelos contribuintes ao Fisco Municipal

REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS

1. O sistema deverá conter módulo capaz de recepcionar os arquivos enviados pelos contribuintes, através de site eletrônico, disponível em plataforma WEB.

1.1 O módulo de recepção e transferências de arquivos deverá ser acessado através do site oficial da Prefeitura Municipal.

1.2 O módulo deverá recepcionar os arquivos da GIA, em formato .mdb e .prf e SPED FISCAL-EFD, no formato .txt.

1.3 O módulo deverá recepcionar as informações dos dados Cadastrais dos contribuintes do município fornecidas pelo Estado, referente às empresas obrigadas a apresentar GIA junto a Secretaria da Fazenda do Estado.

1.4. O módulo deverá solicitar o Login do contribuinte ou Responsável pela transmissão assim como Cadastro de novos usuários.

1.5. O módulo deverá carregar e consistir as informações contidas no arquivo e as vincular ao Usuário cadastrado.

1.6. O módulo deverá comprovar o recebimento do arquivo através da impressão de um protocolo de recebimento.

1.7. O módulo deverá possibilitar o acesso para os servidores municipais, através de login e senha, cadastrado pelo servidor municipal gerenciador.

1.8. O módulo deverá possibilitar, ao servidor municipal, as seguintes consultas:

1.8.1. Verificação da entrega das GIAS e SPED FISCAL - EFD efetuada pelos contribuintes ou por seus responsáveis.

1.8.2. Verificação da data de entrega do arquivo de GIA E SPED FISCAL - EFD através de LOGS.

1.8.3. Verificação do responsável pelo envio do arquivo de GIA.

1.8.4. Verificação dos períodos, inscrição estadual, bem como outros dados capazes de promover a identificação do arquivo digital de GIA e SPED FISCAL EFD.

**III.II - DO SOFTWARE DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA E
ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE
QUALQUER NATUREZA / SIMPLES NACIONAL**

**1 DO SOFTWARE DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA DE SERVIÇOS E
GERENCIAMENTO DO ISSQN**

1.1 Acesso do contribuinte no sistema de ISSQN e NFE via web. O sistema deverá:

1.1.1 Fornecer uma interface em ambiente gráfico “WEB” utilizando Banco de Dados relacional com licença livre.

1.1.2 Ser compatível com o sistema operacional Windows.

1.1.3 Possuir todas as suas funcionalidades em ambiente WEB, via "browser" (Internet Explorer e/ou Mozilla Firefox e/ou Google Chrome), utilizando "SSL" (protocolo de segurança que criptografa todos os dados trafegados entre o computador do usuário e o da solução a ser utilizada) através da internet, com o objetivo de acesso às informações de forma segura, seja por parte das empresas ou pela Administração.

1.1.4 Conter controle de acesso por “Login” e “Senha”, gerados e enviados por e-mail após cadastramento no sistema e liberação pelo fisco municipal.

1.1.5 Conter forma para recuperação de senha, no caso de esquecimento por parte do usuário.

1.1.6 Possibilitar a solicitação de alteração do responsável por determinado declarante.

1.1.7 O Sistema deverá conter menus intuitivos das seguintes informações:

1.1.8 Cadastro do Responsável Contábil;

1.1.9 Cadastro de Declarantes e Destinatários;

1.1.10 Cadastro Pré-Definido de Estados e Cidades

1.1.11 Cadastro de Bairros;

1.1.12 Lançamento de movimentos de Tomador de Prestador de Serviços;

1.1.13 Lista de Classificação de Serviços com seleção de itens pré-definida pelo usuário;

1.1.14 Emissão de Notas Fiscais de Serviços;

1.1.15 Cadastro de Usuários

1.1.16 Importação de arquivos de movimento gerados por sistemas externos (com layout pré-definido pelo sistema);

1.1.17 Importação de RPS – Recibo Provisório de Serviços gerados por sistema externos;

1.1.18 Emissão de Guia Avulsa com ou sem atualização;

1.1.19 Visualização de Conta Corrente com a respectiva baixa dos pagamentos;

1.1.20 Geração de Protocolo de entrega da DMS

1.1.21 Emitir relatórios de todos os cadastros contendo todas as informações respectivas.

1.1.22 Proporcionar aos contribuintes do Imposto Sobre Serviço do Município sejam eles prestadores ou tomadores de serviço o detalhamento das escriturações referentes aos serviços prestados/tomados tais como:

1.1.23 Nome/Razão Social do contribuinte;

1.1.24 Tomador ou Prestador;

1.1.25 Número da Nota fiscal ou Documento Fiscal;

1.1.26 Data da emissão do documento;

1.1.27 CNPJ/CPF do Declarante;

1.1.28 Valor da Nota Fiscal/Documento Fiscal;

1.1.29 Período de competência dos serviços prestados/tomados;

1.1.30 Classificação dos serviços;

1.1.31 Alíquota incidente sobre o imposto;

1.1.32 Valor do imposto;

1.1.33 Se houve retenção do Imposto.

1.1.34 Regime

1.1.35 Gerar automaticamente o lançamento das informações dos Prestadores de serviços do município enquadrados nos regimes: do ISSQN variável, bem como no Regime do Simples Nacional com alíquotas diferenciadas de acordo com o enquadramento de cada empresa prestadora de serviços.

1.1.36 Permitir o lançamento manual das informações dos Prestadores de serviços do município enquadrados nos regimes: do ISSQN estimado, do ISSQN variável, bem como no Regime do Simples Nacional com alíquotas diferenciadas de acordo com o enquadramento de cada empresa prestadora de serviços

1.1.37 Permitir lançar a informação de “sem movimento” caso o prestador/tomador não tenha movimentação naquele período.

1.1.38 Emitir guia para recolhimento do imposto no padrão Febraban tanto para os prestadores de serviço como tomadores de serviços.

1.1.39 Fornecer meios para emissão de guias calculando sobre os lançamentos efetuados no sistema, bem como forma de emissão de guias avulsas.

1.1.40 Fornecer a emissão de guias em atraso com devidas correções (multa, juros e correção monetária), seguindo a legislação do município.

1.1.41 Carregar automaticamente a atualização dos índices de correção monetária, juros e multa (após parâmetros fornecidos pela prefeitura).

1.1.42 Manter a comunicação via WEB, em tempo real, do envio das informações inseridas pelo contribuinte para com a Prefeitura Municipal, salvo nos casos em que não for possível efetuar a conexão com a Internet.

1.1.43 Proporcionar aos contribuintes prestadores de serviço do município a solicitação eletrônica para acesso à emissão de notas fiscais, via web, através de “Login” e “Senha” gerados após aprovação pelo fisco municipal.

1.1.44 Proporcionar, aos contribuintes do Município, liberdade de consulta aos dados por ele digitados, possibilitando a “montagem” de relatórios para conferencia tanto em tela como a sua impressão.

1.1.45 Fornecer por meio automático a geração de protocolo de entrega da movimentação enviada à Prefeitura.

1.1.46 O sistema deverá permitir consultas para acompanhamento do pagamento do ISSQN (conta corrente), dando ao contribuinte a verdadeira situação de pagamento das guias emitidas.

1.1.47 Permitir o cancelamento de uma Nota Fiscal, emitida erroneamente, até a data do vencimento do imposto.

1.1.48 Ser capaz de solicitar as alterações cadastrais da empresa prestadora, com a consequente autorização/recusa por parte da Prefeitura.

1.1.49 Proporcionar a Empresa Prestadora, personalizar sua Nota Fiscal através da inserção de seu logotipo;

1.1.50 Permitir que o usuário selecione sua(s) classificação(ões) de Serviço(s) que será(ão) vinculada(s) a Nota Fiscal no momento de seu Lançamento.

1.1.51 Proporcionar a Empresa Prestadora, lançar Notas Fiscais com as seguintes informações:

- 1.1.51.1. Data de Emissão;
- 1.1.51.2. Valor;
- 1.1.51.3. Vencimento;
- 1.1.51.4. Descrição do Serviço;
- 1.1.51.5. Classificação do item de serviço.
- 1.1.51.6. Destinatário (Empresa Tomadora);
- 1.1.51.7. Classificação do Serviço;
- 1.1.52 Valor da Dedução (campo esse que deverá ser liberado somente para os casos de Construção Civil, ou outro definido pela contratante, mediante a Classificação Seleccionada);
- 1.1.53 Valor do Serviço (quando se aplicar a Dedução);
- 1.1.54 Alíquota do ISS (deverá trazer a alíquota mediante a Classificação do Serviço seleccionada, dependendo do Regime de Apuração e/ou Retenção do ISS);
- 1.1.55 Regime de Apuração (caso o regime seja Simples Nacional, o sistema deverá apresentar as alíquotas correspondentes a Tabela do Simples Nacional para o ISS no campo Alíquota do ISS);
- 1.1.56 Opção pelo regime MEI – Microempreendedor Individual.
- 1.1.57 Retenção do ISS (parametrizável de acordo com a LC 116/2003, LC 123/2006 e Legislação Municipal);
- 1.1.58 Valor do ISS (deverá ser calculado com base na alíquota informada);
- 1.1.59 Base de Cálculo COFINS;
- 1.1.60 Alíquota do COFINS;
- 1.1.61 Valor do COFINS (deverá ser calculado com base na respectiva alíquota);
- 1.1.62 Base de Cálculo da CSLL;
- 1.1.63 Alíquota da CSLL;
- 1.1.64 Valor da CSLL (deverá ser calculado com base na respectiva alíquota);
- 1.1.65 Base de Cálculo do PIS;

- 1.1.66 Alíquota do PIS;
- 1.1.67 Valor do PIS (deverá ser calculado com base na respectiva alíquota);
- 1.1.68 Base de Cálculo do IRRF;
- 1.1.69 Alíquota do IRRF;
- 1.1.70 Valor do IRRF (deverá ser calculado com base na respectiva alíquota);
- 1.1.71 Base de Cálculo do INSS;
- 1.1.72 Alíquota do INSS;
- 1.1.73 Valor do INSS (deverá ser calculado com base na respectiva alíquota);
- 1.1.74 O Sistema deverá permitir que a Nota Fiscal emitida seja enviada ao destinatário por e-mail em formato .PDF e .XML
- 1.1.75 O Sistema deverá propiciar a exportação de arquivo de notas fiscais emitidas (individual e mensal) no formato .XML para integralização com sistema de Gestão e/ou contábil.
- 1.1.76 O Sistema deverá propiciar ao fisco municipal o boqueio da emissão de notas fiscais, quando a Empresa Prestadora tiver suas Atividades Encerradas na Prefeitura.
- 1.1.77 O Sistema deverá emitir relatórios Sintéticos e analíticos das Notas Fiscais emitidas.
- 1.1.78 Efetuar a geração de código que proporcionará ao tomador do serviço verificar a autenticidade da Nota Fiscal através de sítio eletrônico, em ambiente “web”, reimprimindo o documento fiscal informando que o mesmo é válido.
- 1.1.79 Propiciar que a consulta de validade possa ser efetuada através de digitação manual ou leitura efetuada através de leitor óptico de código de barras.
- 1.1.80 Conter a opção de “Carta de Correção Eletrônica” com informações dos novos dados alterados no documento fiscal, informando ser impossível que a alteração seja em dados que influenciem a base de cálculo do imposto.
- 1.1.81 Efetuar o pré-lançamento automático da escrituração de serviços na modalidade “Tomador” referente aos serviços prestados por empresas estabelecidas no município e

utilizadoras do sistema como emissora de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, com a opção de “Aceitar”, “Recusar” ou “Alterar”.

1.1.82 Possibilitar a emissão de Certidão Negativa de Débitos de ISSQN Variável, de forma eletrônica, para os contribuintes usuários do sistema, com a condição de estarem logados em seu ambiente de acesso através de “login” e “senha” liberados pelo gestor municipal.

1.1.83 A Certidão Negativa de Débitos deverá conter de chave de autenticidade para consulta eletrônica de sua validade.

1.1.84 No caso de existência de débitos ou pendências acessórias, ao solicitar a CND, o sistema deverá informar o contribuinte sobre as pendências existentes junto ao sistema eletrônico, através da emissão de relatório de pendências.

1.1.85 Visualizar documentos fiscais eletrônicos (Termo de Início, Auto de Infração, Termo de Encerramento, Notificações, etc) emitidos pelo fisco municipal aos emissores de NF, imediatamente ao acessar o sistema, com a condição “sine qua non” de tomar ciência do documento fiscal para liberação de todos os menus existentes no sistema.

1.1.86 Conter menu de acesso rápido para facilitar a emissão de Notas Fiscais, Cadastro de Destinatário e Impressão de Guias.

1.2 Acesso do fisco municipal no ISSQN e NFES via web. O sistema deverá:

1.2.1 Ser compatível com o sistema operacional Windows.

1.2.2 Fornecer uma interface em ambiente gráfico “WEB” utilizando Banco de Dados relacional com licença livre.

1.2.3 Conter controle de acesso por “Login” e “Senha”.

1.2.4 Permitir aos funcionários da Prefeitura da área afim, liberdade de obter as informações da Base de Dados através de consulta de seleção construída e parametrizada pelo próprio usuário a qualquer momento.

1.2.5 Permitir quando da liberação da emissão de nota fiscal, definir o regime em que se enquadra o prestador de serviços (Variável, Simples, Simples Caixa, MEI, Especial).

1.2.6 Permitir, quando o caso, a alteração do regime em que se enquadra o prestador de serviço, inclusive de forma retroativa, podendo alterar as Notas Emitidas ou apenas a escrituração das mesmas.

1.2.7 Permitir a visualização do resultado das consultas e relatórios em tela, bem como a gravação opcional dos mesmos em arquivos ou impressora.

1.2.8 Controlar a baixa dos recolhimentos efetuados pelos prestadores /tomadores de serviços, através de arquivo retorno bancário padrão FEBRABAN, mantendo arquivo histórico de todas as transações efetuadas de baixa.

1.2.9 Controlar a baixas dos pagamentos efetuados através do DAS – Simples Nacional, inclusive do MEI – Microempreendedor Individual.

1.2.10 Fornecer opção de baixas de débitos manual.

1.2.11 Dispor de controle rígido de acesso, com senhas de usuários.

1.2.12 Emitir os seguintes relatórios:

1.2.12.1 Relatório dos declarantes Variável, Simples e MEI;

1.2.12.2 Relatório dos declarantes com seu respectivo responsável pelas informações;

1.2.12.3 Relatório do responsável e as respectivas empresas por ele declaradas;

1.2.12.4 Relatório de acompanhamento dos valores emitidos e pagos por contribuinte por período (mm/aaaa) ou intervalos de períodos;

1.2.12.5 Relatório com a totalização dos valores recebidos no arquivo retorno bancário.

1.2.12.6 Relatório bancário separado por fichas contábeis adaptadas ao sistema de contabilidade municipal.

1.2.12.7 Relatório de débitos a prescreverem.

1.2.12.8 Relatório de MEIS que extrapolaram o limite anual previsto na LC 123/2006.

1.2.12.9 Relatório de maiores devedores de ISSQN no município.

1.2.12.10 Além dos relatórios pré-definidos, todas as pesquisas disponibilizadas pelo sistema, após seu processamento, deverão propiciar a impressão de relatórios dos dados apresentados.

1.2.13 Permitir o cruzamento das informações entre prestadores de serviços com os tomadores de serviços, emitindo relatórios das divergências encontradas.

1.2.14 Permitir aos usuários da Prefeitura Municipal, que as informações do Sistema possam ser exportadas, para que sejam usadas por outras ferramentas (Ex. Excel, Etc).

1.2.15 Recepcionar as solicitações de cadastros dos usuários, responsáveis contábeis e emissores de notas fiscais de serviços, enviando-lhes, Login e Senha via e-mail, após conferidos

os dados cadastrais.

1.2.16 Permitir alterações nas solicitações de AIDF (acesso à emissão de Notas Fiscais de Serviços) pelos contribuintes pelo órgão competente da Prefeitura.

1.2.17 Permitir aos usuários da prefeitura meios para exclusão de movimentação inserida pelo contribuinte.

1.2.18 O sistema deverá permitir a geração de relatório com pendências quanto a movimentação não entregue, bem como falta de pagamento com a opção de envio para o contribuinte através de “e-mail” ou por comunicação em campo específico para tal.

1.2.19 A Prefeitura deverá ser capaz de consultar a Movimentação de qualquer empresa prestadora emitente de Nota Fiscal eletrônica.

1.2.20 A Prefeitura deverá ser capaz de Enviar e Reenviar Login e Senha para a empresa prestadora.

1.2.21 A Prefeitura deverá ter conhecimento das empresas que iniciaram as atividades do sistema emissor (pedido novo de acesso).

1.2.22 A Prefeitura deverá ser capaz de efetuar o Cancelamento de Nota Fiscal eletrônica específica, que já tenha passado o prazo de cancelamento, mediante requerimento.

1.2.23 Possibilitar, a emissão de Certidão Negativa de Débitos de ISSQN Variável / Simples Nacional e Tomador, de forma eletrônica, de todas as empresas cadastradas junto ao sistema de nota fiscal eletrônica.

1.2.24 O sistema deverá permitir a Lavratura de Documentos Fiscais Eletrônicos, de forma parametrizável, como “Notificações Diversas, Termo de Início de Fiscalização, Termo de Encerramento de Fiscalização, Auto de Infração e Imposição de Multas, Termo Exclusão do Simples Nacional e etc).

1.2.25 Permitir, além da geração dos documentos fiscais acima mencionados, o sistema deverá efetuar a geração de Notificação Preliminar de Pendências, buscando de forma automática, a inconsistência nas informações entre valor declarado e valor pago, de empresas optantes ou não optantes pelo Simples Nacional, bem como a falta da entrega da declaração mensal de serviços.

1.2.26 Permitir o envio dos documentos fiscais e da notificação preliminar de pendência por e-mail, além de propiciar o bloqueio “momentâneo” de acesso ao sistema pelo emissor de Nota Fiscal Eletrônica imediatamente ao acessar o sistema, liberando-o

1.2.27

imediatamente todos os menus existentes no sistema após o contribuinte dar “ciente” no aviso da notificação.

1.2.28 O sistema deverá possuir a opção de controlar e otimizar os procedimentos efetuados pelos fiscais municipais, através de senha de gestor, o qual poderá atribuir serviços aos fiscais municipais de forma parametrizável, contendo:

1.2.28.1 Cadastro de Assunto/Tipo de Serviços. Ex: Fiscalização, Encerramento de Atividades, etc.

1.2.28.2 Atribuição de prazo específico para cada Assunto/Tipo de Serviços.

1.2.28.3 Cadastro de Ordens de Serviços Fiscais, com opção de se escolher qual fiscal cadastro irá efetuar o serviço atribuído.

1.2.28.4 Numeração automática e sequencial, em ordem cronológica, das Ordens de Serviços Fiscais cadastradas.

1.2.28.5 Durante o preenchimento da referida Ordem de Serviço Fiscal o sistema deverá proporcionar o preenchimento das seguintes opções:

1.2.27.5.1 Assunto (parametrizado no cadastro de Assunto/Tipo de Serviços;

1.2.27.5.2 Número de Protocolo Geral;

1.2.27.5.3 Fiscal Responsável;

1.2.27.5.4 CNPJ e Razão Social da Empresa;

1.2.27.5.5 Descrição dos Serviços a serem executados;

1.2.27.5.6 Observações Gerais;

1.2.28.6 Deverá ser possível ainda efetuar a pesquisa das Ordens Fiscais de Serviços já cadastradas, com a opção de escolher uma ou mais das seguintes opções:

1.2.27.6.1 Por número;

1.2.27.6.2 Por assunto;

1.2.27.6.3 Por CNPJ da empresa a ser fiscalizada;

1.2.27.6.4 Por Fiscal Responsável;

1.2.27.6.5 Por Status;

1.2.27.6.6 Prorrogadas: SIM ou NÃO;

1.2.27.6.7 Por Data de Cadastro (igual, até, maior que ou menor que);

1.2.27.6.8 Por Data de Vencimento do Prazo (igual, até, maior que ou menor que);

1.2.29 Opções de usuário(s) fiscal(is), o qual irá receber os serviços cadastros pelo usuário gerenciador, contendo:

1.2.29.1 Opção de se visualizar ou imprimir todos os dados cadastrados na Ordem de Serviços Fiscais atribuída ao respectivo fiscal, conforme item 1.2.27.5 e subitens.

1.2.29.2 Indicativo de quantas Ordens de Serviços Fiscais constam em aberto ao usuário fiscal logado no sistema.

1.2.29.3 Opção de se prorrogar por 1 (uma) única vez o prazo estabelecido pelo gestor para execução da Ordem de Serviços Fiscal, sendo obrigatório preenchimento de justificativa.

1.2.29.4 Opção de se finalizar a Ordem de Serviço Fiscal atribuída ao respectivo fiscal, com o preenchimento das informações de todos os procedimentos fiscais adotados durante a execução das tarefas.

1.2.29.5 Data de cadastro das Ordens de Serviço Fiscal.

1.2.29.6 Prazo para conclusão da execução das Ordens de Serviços Fiscais.

1.2.29.7 Data da expiração do prazo a conclusão da execução das Ordens de Serviços Fiscais.

1.2.29.8 Informações sobre a existência ou não de pedido de prorrogação para execução das tarefas.

1.2.29.9 Pesquisas também poderão ser executadas pelos usuários fiscais com base nos mesmos parâmetros estabelecidos no item 1.2.27.6 e subitens.

1.2.29.10 O sistema deverá enviar e-mail ao gestor e ao fiscal responsável a cada mudança de status no andamento da Ordem de Serviço Fiscal.

1.3 Do gerenciamento do ISSQN das empresas optantes pelo Simples Nacional

1.3 O sistema deverá:

1.3.1 Efetuar a importação dos arquivos de PGDAS/PGDAS-D fornecidos pelo site da RFB através de acesso aos entes federados.

1.3.2 Fornecer pesquisas das informações constantes nos PGDAS/PGDAS-D importados, com base nos seguintes critérios:

- 1.3.2.1 CNPJ;
- 1.3.2.2 Razão Social
- 1.3.2.3 Número da Declaração
- 1.3.2.4 Período inicial e final
- 1.3.2.5 Somente com valores em aberto
- 1.3.2.6 Somente com valores divergentes
- 1.3.2.7 Com valores em aberto e divergente
- 1.3.2.8 Somente com ISSQN no município
- 1.3.2.9 Utilizando apenas a maior declaração do PGDAS
- 1.3.2.10 Utilizando todas as declarações do PGDAS

1.3.3 O sistema deverá efetuar a impressão de relatórios dos PGDAS/PGDAS-D, parametrizáveis com as seguintes opções:

- 1.3.3.1 Número da Declaração;
- 1.3.3.2 Período
- 1.3.3.3 Ano
- 1.3.3.4 CNPJ
- 1.3.3.5 Razão Social
- 1.3.3.6 Número do DAS
- 1.3.3.7 Valor de DAS
- 1.3.3.8 Valor pago do DAS
- 1.3.3.9 ISSQN total gerado no DAS
- 1.3.3.10 ISSQN total gerado de DAS para o município
- 1.3.3.11 Identificação do município

1.3.4 O sistema deverá exportar os relatórios das pesquisas efetuadas da seguinte forma:

- 1.3.4.1 Impressão na tela
- 1.3.4.2 Exportação em PDF
- 1.3.4.3 Exportação em Excel
- 1.3.4.4 Impressão em dispositivo de impressora

1.3.5 Após importados os arquivos de PGDAS/PGDAS-D, o sistema deverá efetuar a impressão do extrato dos mesmos sem a necessidade de acesso ao site da RFB, contendo todas

informações constantes no arquivo importado.

1.3.6 O sistema deverá efetuar a importação dos arquivos de pagamento dos PGDAS/PGDAS-D, fornecidos pela RFB no formato DASPAG.

1.3.7 Após a importação dos arquivos DASPAG o sistema deverá efetuar a correlação entre a dívida gerada e o pagamento efetuado pelos contribuintes.

1.3.8 O sistema deverá efetuar a importação dos arquivos gerados pelo sistema SENDA, fornecidos pela RFB no formato PUB-DASSENDA.

1.3.9 Após a importação dos arquivos PUB-DASSENDA o sistema deverá efetuar a correlação entre a dívida gerada e o pagamento efetuado pelos contribuintes.

1.3.10 O sistema deverá efetuar a importação dos arquivos DAS COBRANÇA fornecidos pela RFB.

1.3.11 Após a importação dos arquivos DAS COBRANÇA o sistema deverá efetuar a correlação entre a dívida gerada e o pagamento efetuado pelos contribuintes.

1.3.12 O sistema deverá efetuar a pesquisa das empresas constantes nos arquivos dos PGDAS/PGDAS, parametrizáveis da seguinte forma:

1.3.12.1 CNPJ

1.3.12.2 Razão Social

1.3.13 O sistema deverá carregar e processar os arquivos de parcelamento disponibilizados pela RFB.

1.3.14 Após a importação dos arquivos de parcelamento o sistema deverá indicar as empresas com pedidos de parcelamento, inclusive desconsiderá-las da listagem de empresas com pendências passíveis de notificação eletrônica.

1.3.15 O sistema deverá gerar relatórios com informações sobre o parcelamento, contendo:

1.3.15.1 Razão Social

1.3.15.2 CNPJ

1.3.15.3 Número do Parcelamento

1.3.15.4 Status do Parcelamento

1.3.15.5 Data do pedido do parcelamento

1.3.15.6 Período englobado no parcelamento

1.3.15.7 Valor Total Consolidado

1.3.16 O sistema deverá efetuar o confronto entre as informações prestadas pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, no sistema de Nota Fiscal Eletrônica x

PGDASD/PGDASD-DAS entregues à Receita Federal do Brasil, apresentando relatório de divergências, ao menos nos seguintes casos:

- 1.3.16.1 Emitiu NF, mas não tem entregou PGDASD/PGDASD-DAS;
- 1.3.16.2 Entregou PGDASD/PGDASD-DAS mas não emitiu NF;
- 1.3.16.3 Total da base de cálculo de serviços apresentada no sistema de NF

Municipal divergente do total da base de cálculo de serviços apresentada na declaração do PGDASD/PGDASD-DAS

III.III - DO SOFTWARE DE ABERTURA, ALTERAÇÃO, ENCERRAMENTO E RECADASTRAMENTO DOS CONTRIBUINTE ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO

1. O sistema deverá:

1.1. Ser disponibilizado em ambiente WEB, com sua operacionalização integralmente realizada através da Internet.

1.2. Persistir em banco de dados todas as informações prestadas pelos contribuintes e os despachos realizados pelos órgãos municipais envolvidos no processo de liberação da inscrição.

1.3. Conter as opções de cadastramento para os contribuintes que estão se cadastrando pela 1ª vez, como a opção de recadastramento, alteração e cancelamento para os que já se encontram inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal.

1.4. Emitir protocolo de recepção para o cadastramento/recadastramento contendo número da solicitação e identificação do contribuinte.

1.5. Comunicar o contribuinte, através de email, sobre qualquer irregularidade encontrada em sua solicitação, bem como um “link” específico com url criptografada para o acesso à mesma.

1.6. Enviar ao solicitante, através de email, um “link” específico com url criptografada para impressão da Declaração Cadastral quando da sua aprovação.

1.7. Disponibilizar um extrato simplificado do processamento da declaração ao solicitante para que o este acompanhe através da internet em qual departamento/órgão da municipalidade a solicitação da inscrição se encontra e o atual status da mesma

1.8. Disponibilizar ao solicitante o acesso a todas as suas solicitações através de acesso controlado por meio de uma assinatura eletrônica previamente solicitada pelo mesmo. A assinatura eletrônica deverá ser enviada ao solicitante no endereço de e-mail existente no sistema, de forma a garantir que pessoas não autorizadas obtenham acesso às declarações eletrônicas. Através desta visualização aos documentos eletrônicos, o sistema deverá permitir a visualização do extrato detalhado do processamento da declaração, e impressão/reimpressão dos documentos.

1.9. Acusar o recebimento da assinatura eletrônica através de um “link” específico com url criptografada que somente será enviado a um e-mail validado previamente pelo sistema.

1.10. Garantir através de assinatura eletrônica, que os processos de alteração e cancelamento sejam efetuados somente pelos responsáveis pela empresa.

1.11. Contemplar a segregação de função através de assinaturas eletrônicas que garantam o acesso dos órgãos municipais envolvidos no processo de liberação da inscrição municipal somente à sua respectiva área de atuação.

1.12. Permitir a parametrização da sequência de aprovação dentre os órgãos municipais envolvidos no processo de aprovação da inscrição municipal.

1.13. Garantir que após a criação do documento eletrônico por parte de seu solicitante, este passe por um processo de avaliação de cada órgão municipal envolvido no processo de liberação da inscrição, a fim de que cada órgão municipal emita seu despacho.

1.14. Automaticamente cancelar/negar a solicitação de inscrição municipal quando esta receber seu primeiro parecer negativo, interrompendo seu fluxo através dos órgãos municipais e retornando ao solicitante o motivo do cancelamento.

1.15. Permitir a exportação das informações em arquivo formato “txt”.

1.16. Garantir que todas as informações resultantes das transações efetuadas pelo sistema deverão ser hospedadas no provedor da Empresa vencedora do processo de licitação, a qual deverá garantir total integridade e segurança das informações provendo disponibilidade 7x24 (sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia).

IV - REQUISITOS DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E SERVIÇO TÉCNICO:

Durante a vigência contratual, deverá a Contratada realizar manutenção corretiva, atualização e suporte técnico dos sistemas, sem prejuízo das obrigações abaixo:

- Constatadas irregularidades no funcionamento dos Sistemas, a Contratante poderá determinar à Contratada a manutenção, correção da falha, devendo ser adequada inteiramente ao exigido pelo edital.
- As solicitações de manutenção corretiva deverão ser notificadas por caráter documental entre as partes e anexadas ao HELPDESK on-line ou outro meio de contato eletrônico, onde serão registradas formalmente, acionando o suporte técnico, sanando eventuais dúvidas ou problemas;

Para atendimento dos servidores públicos usuários dos sistemas, no caso da necessidade de suporte técnico, a contratada deverá disponibilizar o seguinte:

- O mínimo de 2(duas) linhas de telefonia fixa.
- Endereço de e-mail, para contato com o suporte técnico da empresa caso assim o usuário preferir.

- A empresa deverá manter em suas dependências pessoal técnico especializado para o atendimento e suporte, sendo 5 dias por semana 8 horas diária.

- A empresa deverá disponibilizar ferramenta para a abertura de chamados técnicos pelos órgãos da prefeitura com acompanhamento do tempo de atendimento pelo gestor do contrato.

V. LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA: Setor de Tributação, localizado à Rua 01-A, nº 332 – Centro, Santa Gertrudes / SP.

VI. ESTIMATIVA DE CUSTOS BASEADA NAS COTAÇÕES DE MERCADO:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Mensal R\$	Global R\$
01	Licenciamento, Customização, Implantação, Migração De Dados, Treinamento De Servidores.	Unid.	01		34.666,67
02	Manutenção Pelo Período De 12 (Doze) Meses	Mês	12	33.666,67	404.000,04
PREÇO GLOBAL(R\$):					438.666,71

Santa Gertrudes/SP, 09 de fevereiro de 2018.

Rogério Pascon
Prefeito do Município de Santa Gertrudes / SP

PREGAO PRESENCIAL 06/2018

ANEXO II – FORMULÁRIO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Mensal R\$	Global R\$
01	Licenciamento, Customização, Implantação, Migração De Dados, Treinamento De Servidores.	Unid.	01		
02	Manutenção Pelo Período De 12 (Doze) Meses	Mês	12		
PREÇO GLOBAL(R\$):					

Preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante desta proposta.

Declaração de que o(s) serviço(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no Termo de Referência – ANEXO I e às normas técnicas aplicáveis à espécie.

Os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos inerentes ao objeto da presente licitação

Dados cadastrais da proponente:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Município/UF: _____ Bairro: _____

Fone: (_____) _____ Fax: (_____) _____

CNPJ (MF): _____

Inscrição Estadual: _____

Tipo de Registro: (Registro em Cartório ou Registro na Junta Comercial ou Registro na OAB):

Número do Registro: _____

Data do Registro: _____

E-mail: _____

Dados Bancários: Banco: _____; Agência: _____; Conta Corrente: _____

Validade da proposta: _____ (_____) dias corridos (mínimo 60 dias)

Condições de pagamento: Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: As notas fiscais deverão ser emitidas ao final de cada mês de trabalho e após processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas até o dia 10 do mês subsequente;

Prazo para início dos serviços: _____;

Indicação dos Dados **DO REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO**, em caso de vitória no certame:

Nome: _____

Nacionalidade: _____; Profissão: _____

Estado Civil: _____

Endereço Residencial (completo - com CEP.):

Telefone: (_____) _____; E-mail: _____

RG.: _____; CPF.: _____

Função do Responsável:

Participação do Responsável na empresa (%):

Data da inclusão do sócio na empresa:

Dados cadastrais **DE TODOS OS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA**:

Nome:

Nacionalidade:

Estado Civil:

CPF:

RG:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Função do Responsável:

Participação do Responsável na empresa (%):

Data da inclusão do sócio na empresa:

Declaramos que assumimos a prestação dos serviços, por nossa conta e risco, ficando sob nossa inteira e exclusiva responsabilidade.

Local e Data: _____

Carimbo e Assinatura: _____

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/_____, CEP: _____, Telefone (_____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/____, CEP: _____, Telefone (____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que não se encontra penalizada por declaração de inidoneidade ou
impedimento de licitar e contratar com quaisquer entes da Administração Pública, e que se
compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/____, CEP: _____, Telefone (____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se
refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, e, para
fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição
de aprendiz (____). Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/____, CEP: _____, Telefone (____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos
da Lei Complementar nº 123/06, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência a que
faz jus no procedimento licitatório em epígrafe, realizado pela Prefeitura Municipal De Santa
Gertrudes /SP.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO A PREGOEIRA NA FASE DE
CREDENCIAMENTO FORA DOS ENVELOPES Nº 01(PROPOSTA) E 02
(DOCUMENTAÇÃO)

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA O LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR (SOFTWARES APLICATIVOS) INTEGRADOS, MULTIUSUÁRIO PARA A ÁREA TRIBUTÁRIA, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO DE SERVIDORES E MANUTENÇÃO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

DATA: ____ de _____ de 2018.

PRAZO: Até 12(doze) meses corridos, com possibilidade de prorrogação.

VALOR GLOBAL ESTIMATIVO: R\$ _____.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 06/2018.

CONTRATO: ____/2018.

Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.1. A **Prefeitura do Município de Santa Gertrudes**, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, E-mail: gabinete@santagertrudes.sp.gov.br, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Rogério Pascon**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida 02, nº 572, Jd. Iporanga, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-000, portador do CPF 082.535.568-02 e do RG 18.898.286-3/SSP/SP, E-mail: rogeriopascon@hotmail.com, adiante designada simplesmente PREFEITURA, e;

1.2. A empresa _____, inscrita com CNPJ _____, com sede a Rua/Avenida _____, _____, Bairro, _____/_____, CEP: _____, E-mail institucional: _____, Telefone (____) _____, Dados Bancários: Banco: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____, E-mail INSTITUCIONAL: _____, diante designada simplesmente CONTRATADA, por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado a Rua/Avenida _____, _____, Bairro, _____/_____, CEP: _____, E-mail PESSOAL: _____, ajustam o seguinte:

Cláusula 2ª - DO OBJETO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços à PREFEITURA, de Licenciamento De Programas De Computador (Softwares Aplicativos) integrados, multiusuário Para A Área Tributária, Abrangendo Os Serviços De Customização, Implantação, Migração De Dados, Treinamento De Servidores E Manutenção Pelo Período De 12 (Doze) Meses, conforme discriminação e estimativa constante do “Anexo I” – Termo de Referência ao presente Instrumento Convocatório.

Cláusula 3ª - DO PREÇO GLOBAL ESTIMADO

3.1. Pela prestação dos serviços, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor global de: R\$ _____ (_____), sendo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Mensal R\$	Global R\$
01	Licenciamento, Customização, Implantação, Migração De Dados, Treinamento De Servidores.	Unid.	01		
02	Manutenção Pelo Período De 12 (Doze) Meses	Mês	12		
PREÇO GLOBAL(R\$):					

3.2. Nos preços estão inclusas, além do lucro, as despesas de mão-de-obra, insumos, alimentos, veículos, equipamentos, carga, seguros, impostos, taxas, transportes, manutenção, despesas de escritório e expediente e quaisquer outras despesas que estejam, direta ou indiretamente, relacionadas com a execução total deste contrato.

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Condições de pagamento: **As notas fiscais deverão ser emitidas ao final de cada mês de trabalho** e após processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas até o dia 10 do mês subsequente.

4.2. A PREFEITURA, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a CONTRATADA.

4.3. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

4.4. No caso da PREFEITURA atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em vigor na data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo, critério da PREFEITURA.

4.5. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

4.6. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 4.2. será contado da data de entrega da referida correção.

4.7. Os valores das notas fiscais estão sujeitos a retenções tributárias e previdenciárias na forma da lei.

4.8. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

Cláusula 5ª - DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. O contrato vigorará por 12(doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, admitindo-se, por tratar-se de serviços de natureza contínua (TC 178/026/06) prorrogações por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses corridos e consecutivos, nos moldes do disposto no artigo 57, IV, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações se houver interesse das partes, mediante aviso prévio escrito.

Cláusula 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1. Emitir nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço;
- 6.2. Proceder a realização dos serviços do objeto dentro das condições e preços ajustados em sua proposta e nos prazos previstos nesta licitação;
- 6.3. Encaminhar as notas fiscais / faturas a Secretaria Municipal de Finanças e Patrimônio para atesto e posterior encaminhamento a Contabilidade/Tesouraria a fim de efetivação do pagamento devido;
- 6.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 6.5. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;
- 6.6. Não transferir a terceiros, **QUER TOTAL OU PARCIALMENTE**, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura;
- 6.7. Manter em dia suas obrigações legais e tributárias, de qualquer espécie, perante os órgãos públicos, nos termos das leis e normas regulamentares aplicáveis;
- 6.8. Responder, com exclusividade, por todos os tributos incidentes e pelas contribuições a que estiver sujeita em razão da execução deste contrato;
- 6.9. Responder, civil e criminalmente, pelos serviços que executar, sendo-lhe vedado transferir, ceder ou sub-contratar, **TOTAL OU PARCIALMENTE**, o objeto deste contrato sem o prévio consentimento por escrito da PREFEITURA;
- 6.10. Isentar a PREFEITURA de quaisquer reclamações de terceiros, proclamando sua condição de única responsável pelos serviços, promovendo e mantendo os seguros necessários para ressarcimento de danos a terceiros ou à própria PREFEITURA, causado por atos decorrentes da prestação de serviços objeto do contrato;
- 6.11. São de Responsabilidade da CONTRATADA todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, despesas com locomoção de seus funcionários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto lícitado, constante da proposta.
- 6.12. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.
- 6.13. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos serviços entregues.
- 6.14. A PREFEITURA, através da Secretaria Municipal de Finanças e Patrimônio, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA refazê-los às suas expensas.
- 6.15. Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, a PREFEITURA poderá:
 - 6.15.1. Se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.15.2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA, as suas expensas, deverá fazê-la em conformidade com a indicação do órgão requisitante, no prazo máximo de **48(quarenta e oito) horas**, contados da notificação por escrito;

6.16. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção ou qualidade da contratação.

6.17. A CONTRATADA deverá atender às solicitações formais de suporte e informações técnicas de utilização dos serviços, de acordo com a necessidade dos servidores a serviço da CONTRATANTE.

6.17.1. Os prazos para atendimento são de até 48(quarenta e oito) horas após a abertura do chamado;

6.17.2. Todas as requisições e consultas, com exceção das que forem feitas por telefone, deverão ser formalizadas;

6.18. Designar, por escrito, no ato de recebimento da Ordem de Serviço, preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato, informando, pelo menos, o nome, telefone comercial e e-mail do mesmo;

6.19. Adequar-se à legislação municipal e às disposições legais estaduais e federais pertinentes à execução dos serviços;

6.20. No caso de rescisão de contrato por força da migração dos dados fica obrigada a fornecer o banco de dados em formato apropriado (XML ou TXT) para leitura dos campos solicitados para exportação e manter os sistemas pelo prazo de 06(seis) meses disponível na forma de consulta sem que haja cobrança neste período;

6.21. Conversão de dados, fornecimento, implantação, manutenção e prestação de garantia, conforme especificações técnicas contidas em anexo no Edital;

6.21.1. A implantação deverá ser feita em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato;

6.22. Treinamento de 10(dez) servidores públicos, capacitando-os a operar de maneira adequada o sistema, tirando máximo proveito dos recursos por ele proporcionados, sendo que o prazo máximo para início do treinamento é de até 30(trinta) dias contados da assinatura do contrato.

6.22.1. A carga horária do referido treinamento é de no mínimo 48(quarenta e oito) horas, a ser realizado em local a ser definido pela CONTRATANTE. Os custos diretos e indiretos com o treinamento serão inteiramente da CONTRATADA.

6.23. A migração dos dados deverá ser feita em no máximo 90(noventa) dias, contados a partir do momento que a contratante disponibilize as informações em formato .txt e com a estrutura das informações contidas neste arquivo.

Cláusula 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir integralmente a proposta apresentada, observando-se as normas do Edital;

7.2. Prestar aos funcionários da empresa contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o objeto deste certame;

7.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto;

7.4. Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à empresa contratada;

7.5. Aplicar as sanções administrativas contratuais;

7.6. Disponibilização para a CONTRATADA de toda a legislação, normas complementares e demais procedimentos existentes e de suas instalações físicas, de forma a viabilizar as implantações dos sistemas de informática;

- 7.7. Fornecimento de cópia da base de dados para migração dos dados existentes para que a CONTRATADA possa escolher a melhor alternativa para execução dos serviços, a partir da atual estrutura de dados;
- 7.8. Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, o uso e as obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 7.9. Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma; A contratada não tem qualquer responsabilidade para com a assistência técnica dos equipamentos eletrônicos da contratante;
- 7.10. Testar, após instalação do sistema, o seu funcionamento, na presença e com a assistência técnica da CONTRATADA para dar à mesma a aceitação expressa dos sistemas informatizados;
- 7.11. Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do sistema sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema;
- 7.12. Proteger todos os programas com os respectivos dados, contidos na máquina ou ambientes designados e informar a CONTRATADA sobre as mudanças que ocorrerem, relacionadas com a versão original do sistema na CONTRATANTE;
- 7.13. Formar equipes para trabalhar com os consultores da CONTRATADA no processo de implantação, preferencialmente em tempo integral;
- 7.14. Permitir a qualquer tempo o acesso restrito da CONTRATADA ao ambiente definido para instalação do sistema;
- 7.15. Fazer as manutenções técnicas dos computadores, impressoras e rede compatíveis com ambiente windows e sistemas de informática visando o bom funcionamento dos mesmos;
- 7.16. Agendar de fazer “Back-up” do banco de dados diariamente;
- 7.17. Fornecer os equipamentos, infra estrutura, rede elétrica e conectividade, quando necessárias para o perfeito funcionamento do sistema.

Cláusula 8ª - DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na execução do objeto desta licitação, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 86, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

8.1.1. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato;

8.1.2. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, poderão ser aplicadas a CONTRATADA as seguintes penalidades:

8.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

8.2.2. Aplicação de suspensão temporária para licitar e/ou contratar com a municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 87 da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

8.3. A penalidade aqui prevista é autônoma e sua aplicação cumulativa é regida pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

8.4. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da PREFEITURA, dentro de 03 (três) dias

úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à CONTRATADA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

9.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

9.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

9.1.3. Paralisar as entregas durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

9.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a entrega dos serviços;

9.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

9.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

Cláusula 10ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

10.1.1 Classificação: 03.01. 04.122.0006. 2504. (39) 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

10.2. A dotação acima elencada consta do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2018 e as correspondentes para os exercícios seguintes, em caso de prorrogação contratual.

Cláusula 11ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

11.1. Conforme dispõe a Lei Federal Nº: 8.880/94, os preços não sofrerão reajustes pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data da celebração do contrato.

11.1.1. Os preços poderão ser reajustados depois de cumprido o prazo do item 11.1, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IGPM/FGV/SP - Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da PREFEITURA.

11.2. Será mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato conforme prescreve a Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações, a ser recomposto no indicado pelos preços vigentes na data da apresentação da proposta, ou de formulação dos preços a que esta se referir, ou ainda da última revisão contratual caso esta tenha envolvido pactuação de novos preços.

Cláusula 12ª - DO SUPORTE LEGAL

12.1. Este contrato é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

12.1.1. Constituição Federal;

12.1.2. Lei Orgânica Municipal;
12.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93;
12.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;
12.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;
12.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;
12.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;
12.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;
12.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;
12.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;
12.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;
12.1.12. Lei Municipal Nº: 2.519/2014;
12.1.13. Lei Municipal Nº: 2.572/2015;
12.1.14. Lei Complementar Nº 147/2014;
12.1.15. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014;
12.1.16. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;
12.1.17. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
12.1.18. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive, os princípios gerais de Direito.

Cláusula 13ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. Não será permitido o início dos serviços sem a emissão da respectiva Ordem de Serviço.

13.1.1. A CONTRATADA deverá designar, por escrito, no ato de recebimento da Ordem de Serviço, presposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

13.2. Aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 79, da Lei Federal Nº: 8.666/93, bem como outros dispositivos legais previstos na aludida Lei.

13.3. Para os casos omissos neste contrato prevalecerão as condições e exigências da respectiva licitação e demais disposições em vigor.

13.4. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

13.5. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

13.6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

13.7. Não transferir a terceiros, **QUER TOTAL OU PARCIALMENTE**, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura.

13.8. A gestão desse contrato e licitação, as dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos serão solucionados pela Secretária Municipal de Finanças e Patrimônio – Ana Alves e Silva, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

13.9. Prevalecerá o presente contrato no caso de haver divergências entre ele e os documentos eventualmente anexados.

13.10. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

13.11. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

1. Rafael Stabellini Colabone;
2. Danielle Zanardi Leão Silva;

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº (de Origem)

OBJETO: Contratação De Empresa Para Licenciamento De Programas De Computador (Softwares Aplicativos) integrados, multiusuário Para A Área Tributária, Abrangendo Os Serviços De Customização, Implantação, Migração De Dados, Treinamento De Servidores E Manutenção Pelo Período De 12 (Doze) Meses.

CONTRATADA:

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Santa Gertrudes/SP, ____ de _____ de 2018.

Contratada: _____

Nome do Representante
Cargo
Nome da Empresa
E-mail INSTITUCIONAL:
E-mail PESSOAL:

Contratante: _____

Rogério Pascon
Prefeito
Município de Santa Gertrudes/SP
gabinete@santagertrudes.sp.gov.br
rogeriopascon@hotmail.com